

Em busca do tempo perdido

JOSÉ NÊUMANNE



O economista israelense Michael Michaely foi encarregado, na semana passada, de dar uma péssima notícia a todos os brasileiros. No Instituto Joaquim Nabuco, em Recife, ele divulgou, na qualidade de responsável no Banco Mundial (Bird) por economia brasileira, um relatório informando que o Brasil só ganha, em matéria de distribuição de renda, de dois países no mundo inteiro: a República centro-americana de Honduras e a jovem nação africana de Serra Leão. "As políticas de desenvolvimento no Brasil têm sido erradas. Todas levam ao crescimento da pobreza, seja por omissão, seja por comprometimento", explicou o ex-professor na Universidade Hebraica de Jerusalém.

Os números apresentados por Michael Michaely, denunciando o violento empobrecimento do Brasil, na mesma época em que outros países do Terceiro Mundo (particularmente os situados no Sudeste Asiático) crescem, dão absoluta razão ao diagnóstico do economista israelen-

se. De um lado, os números provocam um friozinho na barriga, por causa do impacto da triste realidade da condição de miséria em que se encontra o Brasil. Mas, de outro a realidade irretocada apresentada pelo economista do Bird é suficiente para servir de alerta quanto ao caminho inexorável a ser seguido. O próprio Michael advertiu: "O País comete alguns erros fundamentais, como não investir adequadamente em educação e saúde". E aconselhou: "Não há dúvidas de que o aumento de in-

O presidente Collor parece não ter percebido a dimensão da tragédia educacional

vestimentos na educação primária é fundamental para o crescimento econômico".

Acabo de passar uma semana em Cingapura, um dos novos países industrializados batizados pela imprensa ocidental de "tigres asiáticos"; e volto convencido de que Michaely tem toda a razão na ênfase. Educação primária compulsória e competente é o principal segredo do desenvolvimento econômico de países recém-saídos da miserável condição terceiro-mundista, como a pró-

pria Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan e Hong Cong. Muito embora esses países não tenham descuidado também da outra ponta, ou seja, de investir, pesadamente, em pesquisa e desenvolvimento.

Na verdade, quando o desafio da terceira revolução industrial se apresentou aos novos países industrializados, eles tinham uma tradição de que, infelizmente, o Brasil não dispõe: um sólido e tradicional processo educacional, com prioridade à instrução primária. Mesmo os americanos, que produziram em seu amplo território a maior economia de nossos tempos, reconhecem a superioridade do ensino oriental (vietnamita, japonês, coreano e mesmo chinês e cingapuriano). A tragédia brasileira começa na inexistência de uma tradição cultural sólida e termina na concentração de recursos no ensino superior, uma política elitista e suicida denunciada no relatório do Bird.

Evidentemente, a ausência de tradição não pode justificar a despreocupação com que as autoridades brasileiras continuam a tratar o problema. O presidente Fernando Collor, que tem liderado um meritório esforço nacional de modernização da economia brasileira, parece não ter percebido a dimensão da tragédia educacional, delegando ao mi-

nistro da Educação, Carlos Chiarelli, o poder de cometer equívocos fatais, como o de não reduzir o pessoal das universidades inchadas e ainda aumentar o número de suas vagas. O governador de São Paulo, Orestes Quércia, orgulha-se de estar concluindo uma grande obra administrativa, por ter confundido o sentido do verbo governar com a expressão construir estradas, seguindo o exemplo de Washington Luiz, arcaico demais para as necessidades do Brasil de hoje.

Se Quércia quisesse mesmo fazer um governo inesquecível, deveria ter aplicado todas as verbas destinadas à construção de rodovias modernas no aparelhamento dos estabelecimentos de ensino básico e de atendimento de saúde e higiene à população carente. Um grande governo estadual no Brasil de hoje precisa investir quase exclusivamente em obras sociais. Da mesma forma, a administração federal, sob o comando de Collor, só conseguirá atingir seu objetivo de modernizar o Brasil se destinar praticamente todos os recursos disponíveis à educação e à saúde, a partir de uma política ousada, mas adequada, de recuperação do tempo perdido.

José Nêumanne é editor e editorialista do Estado